

Escravidão, pecuária e liberdade: o *Livro de classificação de escravos* (Alegrete, década de 1870)

Slavery, cattle raising and freedom:
the *Book of classification of slaves* (Alegrete, 1870s)

Marcelo Santos Matheus¹
msmportugues@hotmail.com

Resumo. O presente artigo tem por finalidade explorar uma fonte ainda pouco utilizada pela historiografia: o *Livro de classificação dos escravos para serem libertados pelo Fundo de Emancipação* – no caso, o Livro para Alegrete, município situado na região da Campanha rio-grandense e que tinha na pecuária sua principal atividade econômica. Inicialmente, iremos abordar dois aspectos – a ocupação dos cativos, com ênfase nos escravos que tinham como especificidade o trato com o gado, e a estrutura de posse cativa. Depois, a partir do cruzamento das informações retiradas do Livro com as cartas de alforria para a mesma localidade, iremos observar se havia alguma relação entre a pecuária e a produção da liberdade. Através da análise da fonte referida, foi possível verificar que a quantidade de escravos campeiros era muito significativa. Isto se torna ainda mais relevante quando tratamos da década de 1870, período em que boa parte da historiografia afirma que a mão de obra escrava, na província do Rio Grande, estava em decadência, em razão da crise pela qual passou a produção charqueadora, para onde era destinado grande parte do gado produzido na Campanha, e também em função do tráfico interno – com o sudeste cafeeiro drenando, em tese, boa parte dos cativos rio-grandenses. Da mesma forma, foi possível notar que a posse de escravos ainda estava bastante disseminada pelo tecido social, com predomínio absoluto dos pequenos plantéis. Neste sentido, o presente trabalho busca redimensionar a importância da mão de obra escrava, nas últimas décadas da escravidão, para uma região de economia periférica, e verificar o quanto a manutenção do sistema escravista interessava, ou não, apenas ao sudeste cafeeiro.

Palavras-chave: escravidão, pecuária, liberdade.

Abstract. This article aims to explore a source not yet widely used by historiography: the *Book of classification of slaves to be freed by the Emancipation Fund* – in this case the Book of Alegrete, a county located in the region of the state of Rio Grande do Sul called Campanha, where cattle raising was the main economic activity. It initially discusses the captives' occupation, focusing on the slaves who took care of livestock, and the structure of the ownership of slaves. Then, by crossing information taken from that book with enfranchisement documents from the same location, it checks whether there was any relationship between cattle raising and liberty. The analysis of that source shows that the number of slaves was quite significant there. This becomes even more relevant in the 1870s, a period in which many historians claim that slave labor in Rio Grande do Sul was declining due to the crisis in the production of jerked beef, where most of the cattle was used, and also due to internal trafficking of slaves, who were allegedly taken from

¹ Doutorando em História Social pela Universidade Federal do Rio de Janeiro. Bolsista Capes.

that region to the coffee plantations in southeastern Brazil. It also became clear that the possession of slaves was still very widespread in society, with a predominance of small groups. Thus, the article attempts to assess the importance of slave labor in the 1870s in a region of peripheral economy and to check to what extent the maintenance of the slaveholding system was only in the interest of the coffee-growing region in the Southeast.

Key words: slavery, livestock, liberty.

Introdução

Não obstante o lançamento do livro *Diverso e desigual*, de Renato Leite Marcondes, em 2009, uma riquíssima fonte histórica para o estudo da escravidão no Brasil, especialmente no que se refere às últimas décadas do período imperial, ainda parece ser pouco utilizada. Referimo-nos ao *Livro de classificação dos escravos para serem libertados pelo Fundo de Emancipação* (Marcondes, 2009). Apesar de, na obra citada, Marcondes trabalhar com não menos do que 64 Livros, de diversos municípios de diferentes províncias, muitos outros, para várias localidades, ainda não foram explorados. Por sua vez, o enfoque dado pelo autor (uma análise econômico-demográfica) não esgota, em absoluto, a potencialidade dos documentos analisados. Neste sentido, estas mesmas fontes ainda estão a esperar por historiadores que as abordem da perspectiva da História Social, isto é, cruzando os dados nelas existentes (os quais irei detalhar mais à frente) com registros paroquiais, cartas de alforria, inventários *post-mortem*, dentre outras fontes, para, assim, melhor entendermos como se processou de fato o fim da instituição nas diferentes localidades do Brasil.

Deste modo, neste artigo, pretendemos explorar o Livro referente ao município de Alegrete, um dos mais importantes da região da Campanha rio-grandense, a qual tinha na pecuária sua principal atividade econômica (Garcia, 2005; Farinatti, 2007; Matheus, 2012). Dentre as várias possibilidades que esse documento histórico permite investigar em relação à escravidão e aos sujeitos nela envolvidos, iremos abordar dois aspectos – a estrutura de posse e a ocupação dos cativos, com ênfase nos escravos que tinham como especificidade o trato com o gado.

Como pretendemos demonstrar, o número total de cativos presentes no Livro, bem como a quantidade de escravos *campeiros*, era muito significativo. Isto se torna ainda mais relevante quando tratamos da década de 1870, período em que boa parte da historiografia afirma que a mão de obra escrava, na província do Rio Grande, estava

em decadência, em razão da crise pela qual passou a produção charqueadora, para onde era destinada grande parte do gado produzido na Campanha, e também em função do tráfico interno – com o sudeste cafeeiro drenando, em tese, boa parte dos cativos rio-grandenses, já que o tráfico transatlântico havia sido proibido em 1850.

Da mesma forma, percebemos que a posse de escravos ainda estava bastante disseminada pelo tecido social. Aqui, para que comparações com outras pesquisas fossem possíveis, dividimos os senhores em quatro faixas de plantéis, a partir do tamanho de sua escravaria: de 1 a 4 escravos; de 5 a 9; de 10 a 19; e acima de 20 cativos.

Assim, o presente trabalho busca redimensionar a importância da mão de obra cativa, nas últimas décadas da escravidão, para uma região de economia periférica, que tinha na pecuária sua principal atividade. Por outro lado, também pretende abordar a relevância demográfica dos cativos, em um momento em que o sistema escravista perdia, a passos largos, a sua legitimidade social. Finalmente, iremos analisar rapidamente a relação entre a pecuária e a produção da liberdade via alforria. Contudo, antes ainda, iremos discorrer brevemente sobre a fonte em questão.

A Lei de 1871 e os Livros de classificação

Em texto já clássico, que data de 1983, Robert Slenes alertava os historiadores sobre a existência de uma fonte riquíssima, em termos demográficos, até então pouco utilizada: as matrículas de escravos, instituídas pela Lei do Ventre Livre, em 1871 (Slenes, 1983)². Conforme o autor, entre 1872 e 1873, os proprietários de cativos em todo o Brasil foram obrigados a registrar seus escravos nas coletorias das localidades onde residiam. Estas matrículas, após a abolição, foram destruídas para que os ex-senhores não reivindicassem indenização do Estado; contudo, as informações de parte delas sobreviveram sob duas formas. A primeira delas anexa aos inventários, já que, durante o processo de elaboração dos mesmos, os herdeiros eram

² Todas as informações sobre o *Livro de classificação* serão retiradas deste texto. Nele, Slenes trabalha com o livro que precisava ser elaborado entre 1872 e 1873 e também com as listas decorrentes da Lei dos Sexagenários, produzidas entre 1886 e 1887. Aqui, iremos nos reportar aos dados apresentados pelo autor somente referentes ao primeiro documento.

obrigados a comprovar a posse dos cativos através da apresentação de uma cópia da matrícula (Slenes, 1983, p. 119-120).

Por sua vez, os *Livros de classificação de escravos para serem beneficiados pelo Fundo de Emancipação*, instituído pela Lei do Ventre Livre e regulamentado pelo Decreto 5.135 de 13 de novembro de 1872, também contém boa parte do conteúdo das matrículas (Slenes, 1983, p. 142). O fundo foi criado para ser repartido, de forma proporcional, entre os municípios do Império. O critério para classificação dos cativos dava preferência, em primeiro lugar, aos cônjuges de diferentes senhores; depois, aos cônjuges que tiveram um filho menor de 8 anos nascido livre em virtude da lei; o mesmo para casais que tiveram um filho menor de 21 anos; e assim por diante. Esta lista deveria ser elaborada, em cada localidade, por uma junta de classificação que funcionava, geralmente, nas câmaras municipais e era presidida pelo presidente desta.

Conforme Slenes, as “juntas eram obrigadas a fazer uma lista de *todos* os escravos residentes nas suas respectivas localidades” (Slenes, 1983). Todavia, segundo o autor, em muitos municípios nem todos os cativos foram classificados. Nas listas constam o nome, número da matrícula, cor, idade, estado civil, profissão, aptidão para o trabalho, número de pessoas da família que foram classificadas juntamente, moralidade, valor (no caso do escravo ter sido manumitido pelo fundo), além, é claro, do nome do senhor dos cativos. Infelizmente, em relação às matrículas, no *Livro de classificação* não consta a naturalidade nem a filiação dos escravos. Portanto, a partir do Livro, é possível reconstituir praticamente todo o conteúdo das matrículas, mas somente para aqueles municípios em que a maioria dos cativos foi classificada.

No Livro de Alegrete, mais de 83% dos escravos de senhores ali residentes foram classificados. Chegamos a este número, pois encontramos 2.620 registros, depois de eliminar todos os cativos reclassificados (no livro de Alegrete há a data de encerramento de duas classificações: uma em 18 de novembro de 1874 e outra em 20 de novembro de 1875, o que fez com que alguns escravos fossem classificados até três vezes, sendo estes por nós eliminados) ou que foram classificados por um novo senhor – como um herdeiro, por exemplo. Como 3.136 escravos foram matriculados em Alegrete, aqueles 2.620 representam a maioria dos cativos que ali habitavam³. É importante salientar que este é um número mínimo, já que há dez páginas do Livro danificadas – em quatro foram perdidas todas as informações; em três apenas o nome do senhor; e em outras três as informações sobre os escravos.

Assim, em razão de conter informações sobre a maioria dos cativos residentes em Alegrete, o Livro se torna uma importante e valiosa fonte para o estudo da escravidão. Como já mencionamos, o foco de nossa análise irá recair sobre dois elementos. Primeiro, iremos conferir o quão disseminada estava a posse de escravos pelo corpo social, identificando se nos anos finais do sistema escravista havia um tendência de concentração, ou não, de escravos nas mãos de poucos senhores. Depois, pretendemos verificar a quantidade de escravos que foram classificados como campeiros, tentando compreender a sua importância em um momento em que a produção pecuária passava por transformações. Antes ainda, um último esclarecimento: na estrutura de posse utilizamos como parâmetro o número de senhores, o que fez com que alguns poucos escravos se repetissem, quando apareciam com outro senhor (provavelmente um herdeiro, como já dissemos). Deste modo, como veremos, a quantidade de cativos será de 2.712, isto é, cerca de 3% de repetidos. Já quando formos tratar dos escravos campeiros, o número total diminuirá para 2.620, pois, como mencionamos, foram eliminados os que aparecem novamente, mas pertencendo a outro proprietário. Por fim, os reclassificados, pelo mesmo senhor, foram eliminados em ambas as análises.

Demografia escrava e estrutura de posse de cativos na década de 1870

Antes de focarmos a estrutura de posse em si, é necessário fazer alguns apontamentos sobre um dado bastante interessante. No Rio Grande do Sul, os estudos referentes à escravidão se utilizam de dois censos para averiguar a demografia de determinada região. O primeiro é o Mapa de Famílias, de 1858, e o segundo, o censo geral de 1872. Em muitos municípios, do recenseamento de 1858 para o de 1872, há uma queda no número de escravos (Garcia, 2005; Farinatti, 2007; Araújo, 2008; Scherer, 2008).

Em geral, explica-se essa diminuição em função da crise da economia pecuária-charqueadora (Cardoso, 2003; Corsetti, 1983; Zarth, 2002; Maestri Filho, 2002). Com isso, muitos escravos teriam sido vendidos, principalmente para o sudeste cafeeiro que tinha no tráfico interprovincial sua única fonte de abastecimento de cativos, especialmente depois de 1871. Contudo, conforme Robert Conrad, o Rio Grande de São Pedro perdeu cerca de 14 mil escravos entre 1874 e 1884, ou seja, esta diminuição

³ Para a quantidade de escravos matriculados em Alegrete: Diretoria Geral de Estatística (1874). Agradeço a Beatriz Mamigonian pelo endereço eletrônico www.memoria.nemesis.org.br. Para um trabalho que explora os dados das matrículas para toda a província do Rio Grande de São Pedro, ver (Araújo, 2011).

não deveria aparecer no censo de 1872 (Conrad, 1978, p. 351). De acordo com Richard Graham, parte da mão de obra escrava drenada pelo sudeste cafeeiro após 1850 provinha do Rio Grande do Sul, já que a “atividade do charque estava em declínio”. Entretanto, citando dados de R. Conrad, Graham afirma que quase 15% dos escravos da província foram exportados, mas também entre 1874 e 1884 (Graham, 2002, p. 127).

Um dos primeiros autores a perceber esta questão e relativizar esta perda foi Thiago Araújo. Segundo o autor, seria complicado estabelecer uma relação entre a crise da década de 1860 e a venda de escravos na segunda metade da década de 1870 (Araújo, 2008, p. 114). Por isso, Araújo buscou outras explicações para este fenômeno, já que em Cruz Alta, município foco de seu estudo, houve uma grande diminuição no número de cativos. Ele mostra que as alforrias e os registros de compra e venda (para fora do município) representaram por volta de 20% do decréscimo. Por sua vez, os inventários de criadores de gado que tinham escravos se mantiveram sempre acima dos 80%, ou seja, a crise da pecuária não os estava afetando significativamente (Araújo, 2009, p. 23). Assim, o autor argumenta que

por meios indiretos e por eliminação todas as contra-evidências parecem sugerir que uma parte considerável do declínio da população escrava da vila (mas não toda), foi decorrência da guerra com o Paraguai, embora as fontes silenciem sobre esta questão. Nem nos relatórios de presidente da província, nem nas correspondências expedidas da Câmara Municipal de Cruz Alta, há alguma informação que indique uma participação significativa dos escravos da vila na guerra (Araújo, 2009, p. 24-25).

Deste modo, Araújo concluiu que “estes dados, acredito, refutam qualquer possibilidade da vila da Cruz Alta estar perdendo um *grande* número de escravos na década de 1860 e na seguinte também. Ou seja, a perda de escravos para o tráfico interno deve ter sido pequena” (Araújo, 2009, p. 26).

Jovani Scherer, por sua vez, acredita que grande parte dos escravos exportados pela cidade de Rio Grande, localidade por ele estudada, o foi na década de 1860, quando a produção do algodão na Bahia retomou seu crescimento (diminuindo a saída de escravos desta para a produção cafeeira), fazendo com que a província do Rio Grande fornecesse mais cativos ao sudeste. A pesquisa de Scherer não adentra a década de 1870, mas o autor

investiga a perda de cativos até 1865, no mesmo contexto que aqui está sendo debatido.

Segundo Scherer, foi entre 1861 e 1865 que a média de escravos por inventário cai a níveis mais baixos comparada aos anos anteriores: 6,35. Da mesma forma, é neste momento que se encontra um equilíbrio entre os sexos dos cativos presentes nos inventários, enquanto que nas décadas anteriores a porcentagem de homens ficou sempre acima de 60%. Finalmente, é na primeira metade da década de 1860 que há um menor número de homens entre 15 e 39 anos (Scherer, 2008, p. 43-51). Desnecessário dizer que eram os homens em idade produtiva os mais procurados pelos compradores. Daí, o autor concluiu que, entre 1861 e 1865, o município perdeu uma quantidade significativa de escravos. O curioso é que, ao contrário de Cruz Alta, do censo de 1858 para o de 1872, praticamente se mantém o número de cativos em Rio Grande (4.369 e 4.282, respectivamente).

Os argumentos de Thiago Araújo e Jovani Scherer são realmente muito bons. Porém, a questão que se coloca é: a província do Rio Grande perdeu um número significativo de escravos entre 1858 e 1872? Os dados do censo de 1872 são confiáveis? Para quais localidades?

Sobre Alegrete, um dos municípios mais importantes da província no que se refere à produção pecuária, já podemos tecer algumas considerações. De acordo com o censo de 1858, havia 2.525 cativos. Já no de 1872, havia 2.308 escravos em Alegrete, ou seja, uma diminuição de quase 10%⁴. Se tomarmos como parâmetro o número de cativos presentes no Livro (2.620), já teríamos uma diferença de cerca de 13%, para menos, no censo de 1872. No entanto, se tomarmos como parâmetro o número de cativos matriculados – 3.136, esta diferença aumenta para mais de 25%, ou seja, certamente os dados do censo, para algumas localidades – Alegrete entre elas, estão abaixo do que representava a realidade. Excluindo os números aqui apresentados sobre Alegrete, não há nenhuma novidade nisto. Robert Slenes já havia evidenciado esta questão, mas para toda a província, demonstrando que, segundo o censo de 1872, havia 69.685 mil escravos e, conforme as matrículas, mais de 83 mil cativos, embora poucos tenham percebido isto (Slenes, 1983, p. 126).

De acordo com Rafael Scheffer, “a transferência de escravos do Sul para a região de Campinas parece ter se expandido ao longo da década de 1870”, principalmente “nos últimos anos dessa década, especialmente em relação aos cativos naturais do Rio Grande do Sul” (Scheffer, 2009, p. 4). Na verdade, ainda carecemos de estudos que expliquem exatamente de quais municípios da província

⁴ Em relação ao total da população, em 1858 havia quase 25% de cativos e, em 1872, 12%. Sobre o Mapa de Famílias: “Mapa Statístico da População da Província classificada por idades, sexos, estados e condições com o resumo total de livres libertos e escravos” (1981, p. 65). Já os dados do censo de 1872 estão disponíveis em: IBGE (s.d.).

do Rio Grande saíram escravos pelo tráfico interno, do mesmo modo que é desconhecido de que tamanho de plantéis (pequenos, médios ou grandes) e de que tipo de produção saíram a maioria dos cativos. De certo, fica a necessidade de consulta dos resumos das matrículas para, em estudos com um recorte espacial mais circunscrito, termos certeza de quantos escravos havia em cada localidade, o que, provavelmente, mostrará que para muitos municípios os dados do censo de 1872 estão subestimados.

Estrutura de posse a partir do Livro de classificação

O mais comum, nos estudos sobre escravidão que realizam uma estrutura de posse escrava, é que isto seja feito a partir dos processos de inventários *post-mortem*. Como é uma fonte homogênea, ou seja, que contém uma quantidade razoável de informações que se repete (como o número de cativos, quando da existência destes) em todos os inventários, esta fonte torna-se um documento importante para o estudo das características intrínsecas aos plantéis, bem como para oferecer uma visão mais ampla da posse cativa em determinada localidade. Por outro lado, os inventários são reiterativos, repetindo-se ao longo do tempo, sendo possível um estudo serial. Entretanto, eles são apenas uma amostra da quantidade de senhores existentes, afinal neste documento só aparecem aqueles que efetivamente faleceram e dos quais se fez inventário e que, *quando morreram*, tinham escravos.

A fonte por nós aqui utilizada não é passível de serialização, sendo, portanto, um retrato de um dado momento. Porém, o Livro não deixa de ser uma fonte

bastante interessante para conhecermos a distribuição da posse cativa, na medida em que captura a absoluta maioria dos indivíduos que eram proprietários de escravos naquele período (isto, é claro, nos Livros em que consta a maioria dos cativos matriculados), e não somente daqueles que faleceram e tiveram seus bens inventariados. Neste sentido, iremos focar nossa análise sobre o tamanho das escravarias, verificando como os cativos estavam distribuídos pelos plantéis. A divisão em quatro faixas de proprietários permitirá a comparação com outros estudos, mesmo que alguns deles tenham se valido de inventários. No entanto, é importante esclarecer, esta comparação se dará apenas para o mesmo período aqui analisado, ou seja, utilizarei a estrutura de posse de outros trabalhos (que se utilizaram de inventários) somente para a década de 1870. Veja a Tabela 1, Livro de Alegrete, como os 2.712 escravos estavam distribuídos.

Em primeiro lugar, há que se ressaltar a quantidade de senhores presentes no Livro. Os 792 escravistas representam quase sete vezes mais que os 111 inventários (com escravos) existentes entre 1871 e 1879 (período maior que o de classificação dos escravos) para Alegrete⁵. Como já mencionamos, o Livro captura muito mais senhores do que os inventários, possibilitando a verificação do quanto a propriedade escrava estava disseminada pelo tecido social.

Entretanto, a quantidade de senhores presente no Livro de Alegrete impressiona até na comparação com livros para outras localidades do Brasil. Os 792 proprietários são em bem maior número que os 498 senhores de Bananal, município paulista, onde havia mais de 7.500 escravos; do que os 660 proprietários de Taubaté, com seus 4.164 cativos; e em maior número que os 383 senhores de São Luiz do Paraitinga, onde havia 2.079 escravos (Marcondes, 2011, p. 3). Da mesma forma, são bem mais representativos que o número de proprietários presentes nos Livros de classificação de Teresina e de Oeiras, dois municípios piauienses que também tinham na pecuária sua principal atividade, abastecendo com ela as plantações de açúcar e algodão da Bahia e de Pernambuco (Marcondes e Falci, 2001, p. 6). Na primeira havia 538 senhores para 2.770 escravos e, em Oeiras, 418 para 1.848 cativos (Marcondes e Falci, 2001, p. 13).

Por sua vez, salta aos olhos como a absoluta maioria dos senhores estava entre os de pequena posse (entre 1 e 9 escravos). Nada menos que 95% dos proprietários estavam nesta faixa, ficando acima dos 88,3% e 85,9% de senhores, com o mesmo número de escravos, de Oeiras e Teresina, respectivamente (Marcondes e Falci, 2001). Por outro lado, estes 95% de senhores detinham 78% dos escravos,

Tabela 1. Escravos listados em Alegrete para serem emancipados pelo Fundo de Emancipação.

Table 1. Listed slaves to gain freedom by Emancipation Fund.

Plantéis	Nº de senhores	%	Nº de escravos	%
1 a 4	594	75	1.127	41,5
5 a 9	157	20	992	36,5
10 a 19	34	4	421	15,5
Acima de 20	7	1	172	6,5
Total	792	100	2.712	100

Fonte: LC, CEPAL (s.d.).

⁵ Este cálculo foi possível graças ao trabalho do Arquivo Público do Estado do Rio Grande do Sul – e seus estagiários –, que no projeto “Documentos da Escravidão” publicou, entre outras fontes, todos os inventários para a província, e antes Capitania, do Rio Grande de São Pedro (Rio Grande do Sul, 2010).

número bem menor que os 94,6% de cativos que estavam nas mãos dos proprietários da mesma faixa no Livro para Curitiba (Santos, 2009, p. 8). Todavia, eles concentravam mais escravos que os senhores de Oeiras (56,3%) e Tere-sina (47,7%), que também tinham até 9 cativos.

Já em relação à distribuição dos escravos, os 75% de proprietários que possuíam de 1 a 4 cativos detinham 41,5% destes últimos, tendência inversa aos 20% dos senhores que tinham de 5 a 9 escravos, mas eram donos de 36,5% dos cativos. Os proprietários de 10 a 19 escravos detinham quase quatro vezes mais escravos do que sua representatividade diante dos outros senhores (15,5% e 4% respectivamente). Finalmente, os sete senhores que tinham mais de 20 escravos eram proprietários de 6,5% dos cativos. Por fim, apesar do grande número de pequenos proprietários, não deve passar batido que 5% dos senhores (aqueles com mais de 10 escravos) detinham nada menos do que 22% dos cativos.

Comparando estes números com outras pesquisas para a província do Rio Grande, mas que se utilizaram de inventários *post-mortem* para realizar a estrutura de posse, fica claro como os inventários apreendem apenas os senhores minimamente aquinhoados (algo, diga-se, destacado pelos dois autores citados a seguir), embora mesmo esta fonte forneça indícios de que, na década de 1870, a maioria dos senhores tinha até 9 escravos, além de concentrar boa parte dos cativos.

Melina Perussatto, analisando todos os 110 inventários existentes para Rio Pardo entre 1870 e 1879, percebeu que os pequenos proprietários representavam 80,9% dos senhores, detendo mais da metade dos cativos – 51,8% (Perussatto, 2010, p. 67). Já Thiago Araújo, para Cruz Alta e no mesmo período, encontrou 82,6% de senhores com até 9 escravos, os quais possuíam 56,6% dos cativos (Araújo, 2008, p. 85-86). É de se imaginar que nestes dois municípios houvesse mais senhores com 1, 2 ou 3 cativos, mas que não tiveram seus bens inventariados. Infelizmente, até onde sabemos, os Livros de classificação ainda são pouco conhecidos no Rio Grande do Sul. Além do aqui analisado, de Alegrete, temos conhecimento apenas sobre o de Rio Pardo, explorado por Melina Perussatto, e sobre os de Encruzilhada e Dom Pedrito, abordados por Renato Marcondes (Marcondes, 2009; Perussatto, 2010).

Por outro lado, os grandes plantéis – de mais de 40 escravos, simplesmente não existiam mais em Alegrete na década de 1870. Entre 1839 e 1857, de acordo com os inventários, há seis deles. No Livro, o maior plantel tem 29 cativos, menos da metade dos mais de 60 escravos do Marechal Bento Manoel Ribeiro e sua mulher, Maria Mância Ribeiro (APERS, 1852, Inventário *post-mortem*, maço 11, nº 152). Ou seja, além de captar um maior

número de senhores, o *Livro de classificação* demonstra que na década de 1870, mesmo em um contexto onde o sistema escravista perdia sua legitimidade, a posse de escravos estava amplamente disseminada e pulverizada. Ao que parece, algumas famílias tiveram suas posses divididas entre muitos herdeiros quando da morte do patriarca ou da matriarca. Sobre este aspecto, seria interessante um estudo para averiguar como elas elaboraram estratégias para viabilizar a produção em um contexto onde os bens (terras, animais e escravos) estavam sendo repartidos entre herdeiros.

Essa dispersão da mão de obra escrava mencionada vai de encontro com o que coloca parte da historiografia, que salienta que após o fim do tráfico atlântico de escravos, em 1850, ocorreu um processo de concentração da mão de obra cativa (Mattos, 1998; Slenes, 1999). Hebe Maria Mattos, estudando Capivary, argumenta que a alta dos preços fez com que ocorresse uma concentração de escravos nas mãos de poucos proprietários (Mattos, 1998, p. 104-106). Em sua pesquisa sobre o tráfico interno, Richard Graham chega a generalizar, afirmando que “o tráfico [interno] alterou um pouco o padrão de ampla distribuição que datava dos tempos coloniais” (Graham, 2002, p. 132). Não sabemos o quanto isto é válido para outros municípios ou regiões do Brasil, contudo, em Alegrete (e também para Curitiba), no período a que se refere o autor, vimos que a posse estava amplamente disseminada, não existindo mais plantéis acima de 40 cativos, além de grande parte dos escravos estarem nas pequenas escravarias.

Mão de obra cativa na pecuária

Durante muito tempo acreditou-se que na região da Campanha, onde fica o município de Alegrete, caracterizada pela produção pecuária e pela condição de fronteira, o trabalho escravo não se fez presente, ou teve um papel insignificante, especialmente no que diz respeito às atividades ligadas ao trato com gado. Pensava-se que o cativo, quando utilizado, era empregado apenas na agricultura ou em serviços domésticos, nunca como *peão* ou como *escravo campeiro*.

Neste sentido, durante um longo período, a história do Rio Grande do Sul, em se tratando de regiões com economia baseada na pecuária, foi compreendida quase que exclusivamente como protagonizada por estancieiros e peões, com os escravos mais presentes nas charqueadas (Cardoso, 2003; Freitas, 1980; Maestri Filho, 1984, 2002). Assim, os cativos, quando citados, foram colocados como numericamente pouco importantes, ou seja, como elemento não estrutural daquela economia ou mesmo daquela realidade como um todo. Estes trabalhos se basearam, dentre outras fontes, em relatos de viajantes, especialmente

do francês Auguste de Saint-Hilaire (1987)⁶. Entretanto, o conhecimento acerca da composição social da província do Rio Grande vem se transformando a partir de novas pesquisas.

A partir da década de 1990, alguns estudos procuraram demonstrar que a composição social do espaço agrário do Brasil meridional era muito mais complexa do que a dualidade senhor-peão apresentada e repetida ao longo dos anos. Esta renovação historiográfica teve como característica densas pesquisas empíricas (Zarth, 2002; Osório, 2008; Garcia, 2005; Farinatti, 2007). Não é nossa intenção realizar todo um debate acerca deste tema⁷. No entanto, para apresentarmos alguns números extraídos do *Livro de classificação*, é necessário ter presente que já é consenso que a mão de obra cativa foi importantíssima para a pecuária sulina.

Luís A. Farinatti, em seu estudo já citado, utiliza um censo agrário realizado em 1858, no qual consta que havia 391 estâncias em Alegrete. Nelas, trabalhavam 124 capatazes e 159 peões livres. Ao lado destes, também constavam 527 escravos campeiros, o que prova o quanto a mão de obra cativa era utilizada no trato com o gado quase em fins da década de 1850 (AHRS, 1858, maço 2). Neste contexto, o autor estabelece como data-limite de sua pesquisa o ano de 1865, quando

começaram a se radicalizar várias mudanças que dariam nova face ao mundo agrário da Fronteira Meridional. Os processos de valorização fundiária e de aplicação da Lei de Terras estavam, então, em plena força. A crise do trabalho escravo, que já se iniciara com o encarecimento dos cativos em razão do final do tráfico atlântico, em 1850, ganharia um forte influxo com a Lei do Ventre Livre, em 1871. A Guerra do Paraguai (1865-1870) traria novas formas de organização militar, com a ampliação do processo de profissionalização do exército. Essas transformações se aprofundaram nas décadas finais do século, com a chegada da ferrovia, a difusão do cercamento dos campos e a introdução de novas raças bovinas (Farinatti, 2007, p. 22).

O autor sustenta que na década de 1860, pela primeira vez, o percentual de inventários com escravos fica abaixo dos 70% (Farinatti, 2007, p. 317). Do mesmo modo, o preço de um cativo, comparado com o preço dos novilhos, aumenta a ponto de serem precisos 83 animais para se comprar um escravo (Farinatti, 2007, p. 320). Graciela Garcia, por sua vez, também articula as transformações ocorridas no campo e na estrutura fundiária

de Alegrete com a “crise da escravidão”, nas três últimas décadas de vigência do sistema escravista (Garcia, 2010, p. 120). Um dos argumentos da autora é o grande número de alforrias que foram concedidas neste período, embora a maior parte delas tenha acontecido no início da década de 1880 (Garcia, 2010, p. 129).

Todavia, como vimos no “item 3” do presente texto, a posse escrava estava largamente disseminada em Alegrete em meados da década de 1870. Como já mencionamos, um dos elementos que o *Livro de classificação* nos traz é quanto à profissão dos cativos. Através desta informação, tentaremos redimensionar a importância da mão de obra escrava para a pecuária, em um contexto de desarticulação do sistema escravista.

Como esclarecemos no início do artigo, iremos trabalhar com o número de 2.620 escravos, ou seja, aqueles que aparecem apenas uma vez no Livro, descontados os repetidos ou reclassificados por outro senhor. Destes, 682 foram especificados como *campeiros*, os quais perfazem 26% de todos os cativos listados. Os Gráficos 1-4 representam o percentual de campeiros em relação ao todo do Livro.

Este número de 26% de campeiros, representado no Gráfico 1, diz respeito a todos os classificados, ou seja, juntamente com mulheres e crianças (nenhuma escrava foi classificada como campeira). Se excluirmos todos os classificados abaixo de 12 anos (escolhemos esta idade para recorte, pois o campeiro mais jovem por nós encontrado tinha 12 anos), o número total de cativos baixa para 2.050. Destes, como aparece no Gráfico 2, 33,5% eram campeiros. No Gráfico 3, temos o percentual de campeiros entre os homens classificados, ou seja, contando também os menores de 12 anos. Nele, eles perfazem 53% de todos os cativos.

Por sua vez, no Gráfico 4, temos o percentual de escravos campeiros, excluídos os menores de 12 anos e também as escravas. O número é surpreendente. Em cada 10 escravos homens em idade produtiva, praticamente 7 eram destinados, principalmente, à produção de animais, em meados da década de 1870, em Alegrete. Assim, mesmo em meio à desarticulação do sistema escravista, tanto em função do crescimento do movimento abolicionista, da busca dos cativos pela liberdade, quanto do protagonismo do Estado imperial, que tomava para si a tarefa de legislar sobre a questão escravista, na fronteira oeste da província do Rio Grande, a mão de obra escrava, além de estar bastante difundida entre a população, ainda era largamente utilizada na principal atividade econômica da região, a pecuária.

⁶ Saint-Hilaire passou pelo Brasil Meridional entre os anos 1820-1821.

⁷ Uma ótima revisão historiográfica sobre este assunto pode ser encontrada em Araújo (2008).

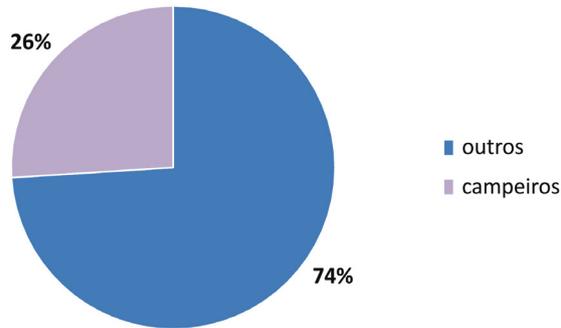


Gráfico 1. Percentual de escravos campeiros entre os classificados em Alegrete.

Graph 1. Percentage of cowboy slaves enrolled in Alegrete.

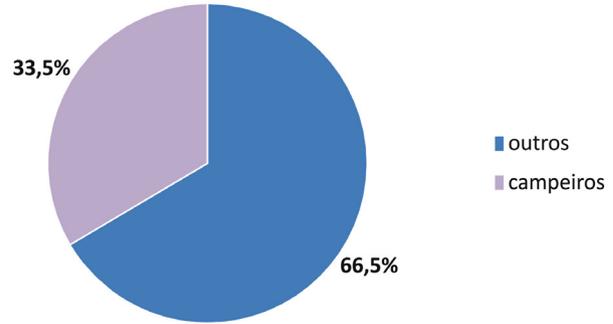


Gráfico 2. Percentual de escravos campeiros entre os classificados acima de 12 anos.

Graph 2. Percentage of enrolled cowboy slaves over 12 years old.

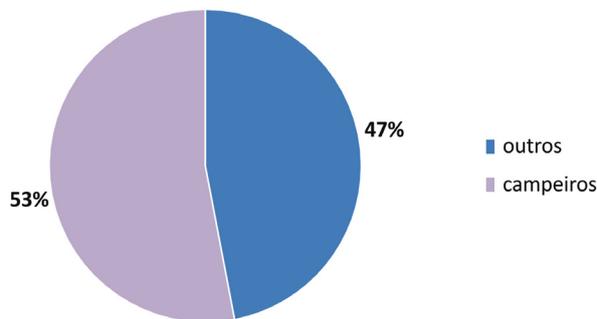


Gráfico 3. Percentual de escravos campeiros entre os homens classificados.

Graph 3. Percentage of cowboy slaves among enrolled men.

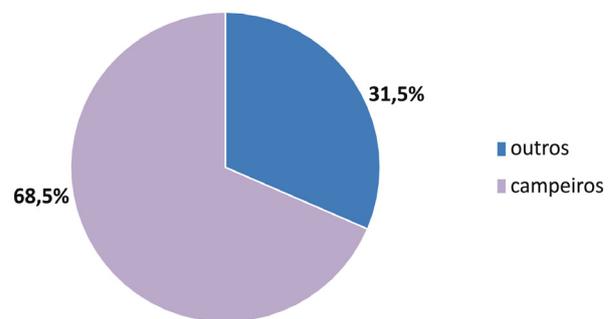


Gráfico 4. Percentual de escravos campeiros entre os homens acima de 12 anos.

Graph 4. Percentage of enrolled cowboy slaves among men over 12 years old.

Fonte: LC, CEPAL (s.d.).

Sendo assim, se os escravos campeiros ainda eram largamente utilizados na pecuária na década de 1870, é interessante avaliar por quais plantéis eles estavam distribuídos, no intuito de tentar entender minimamente a organização da mão de obra nesta atividade produtiva. Cruzando os dados levantados a este respeito com os da estrutura de posse, temos o seguinte resultado:

Como é possível perceber, quase 45% dos escravos campeiros estavam em plantéis de 1 a 4 cativos, número um pouco superior à sua representatividade no geral, que era de 41,5%. Na verdade, há uma equivalência em quase todas as faixas, sendo que apenas nas escravarias com 5 a 9 escravos há um número menor de campeiros do que seu percentual no total – 30,5% e 36,5%, respectivamente, embora a diferença seja pequena.

Contudo, gostaríamos de chamar atenção para o percentual de escravos campeiros nos pequenos plantéis (de 1 a 9 cativos). Quase 75% dos escravos que tinham

como sua principal ocupação a lida com o gado estavam nestas escravarias. Como demonstraram Graciela Garcia e Luis A. Farinatti, na segunda metade do século XIX ocorreram profundas transformações nas estruturas agrária e produtiva de Alegrete. Conforme os autores, tanto o tamanho das propriedades, quanto o tamanho dos rebanhos diminuíram de forma significativa.

G. Garcia mostra em sua pesquisa que, na década de 1870, segundo os inventários *post-mortem*, não havia mais nenhum produtor com um rebanho com mais de 5 mil cabeças de gado, ao contrário da década de 1830, onde a autora encontrou sete inventários com esta característica. Por outro lado, na década de 1870, quase 75% dos inventariados tinham até 1 mil cabeças de gado (Garcia, 2005, p. 47, 51). Número bastante próximo do pouco mais de 70% de criadores que tinham até 500 reses, encontrado por Farinatti para a década de 1860. Por sua vez, este último argumenta que

Tabela 2. Relação entre a estrutura de posse e os escravos campeiros.
Table 2. Relation between ownership structure and cowboy slaves.

Plantel	Nº de senhores	%	Nº de escravos	%	Nº de escravos campeiros	%
1 a 4	594	75	1.127	41,5	307	44
5 a 9	157	20	992	36,5	212	30,5
10 a 19	34	4	421	15,5	117	17
Acima de 20	7	1	172	6,5	60	8,5
Total	792	100	2712	100	696⁸	100

Fonte: LC, CEPAL (s.d.).

a criação em pequena escala possuía uma lógica econômica diversa da grande pecuária. Aqueles que criavam até 500 reses poderiam, em tese, manter a produção com um ou, no máximo, dois trabalhadores regulares, precisando do concurso de mão-de-obra eventual apenas nos eventos da marcação e castração. Ou seja, era possível reproduzir a pecuária [...] com trabalho familiar ou com o concurso de apenas mais um trabalhador, fosse ele escravo campeiro ou peão livre (Farinatti, 2007, p. 90-91).

O exposto acima, aliado à introdução de novas técnicas produtivas e ao cercamento dos campos, fez com que uma unidade produtiva necessitasse de *menos* trabalhadores. Portanto, os dados encontrados por nós estão em consonância com os estudos de Garcia e Farinatti, já que aquela miríade de pequenos criadores localizados pelos autores poderiam tocar sua produção com 1, 2 ou 3 cativos, sem precisar de mais trabalhadores, ao menos não de maneira permanente.

Anteriormente, mencionamos que parte da historiografia afirmava que a província do Rio Grande tinha perdido grande parte dos seus cativos para o tráfico interno, após 1850, data tanto da primeira Lei de Terras, quanto do fim do tráfico transatlântico. De acordo com Paulo Zarth, neste período o preço dos cativos subiu de forma significativa, ficando mais atrativo aos empregadores contratar peões livres (Zarth, 2002, p. 181). Conforme o autor, “o fechamento dos espaços e a consequente privatização das terras devolutas conduziu os lavradores nacionais às estâncias”, sendo este fenômeno “fundamental para a transição do trabalho escravo para o trabalho livre” (Zarth, 2002, p. 284).

Porém, como foi demonstrado, na localidade aqui analisada a mão de obra escrava permanecia fundamen-

tal ainda na década de 1870, especialmente na pecuária, atividade para a qual 7 em cada 10 homens em idade produtiva eram preferencialmente destinados. E, o mais interessante, isto era verdade tanto para grandes, médios, quanto para pequenos escravistas. Resumindo, a produção pecuária neste momento caracterizou-se por unidades produtivas menores, tanto no que diz respeito ao tamanho das terras, dos rebanhos, quanto ao número de cativos por propriedade.

Escravidão, liberdade e pecuária

Neste contexto, em que a representatividade dos escravos campeiros era bastante significativa, é interessante notar que, na localidade aqui analisada, a partir de 1871 alguns cativos começaram a conquistar a liberdade pagando com animais. Foi o caso do preto Salvador. Em dezembro de 1875, o juiz municipal de Alegrete, Dr. Francelino Dias Fernandes, concedeu a alforria a Salvador, o qual havia entrado com um requerimento, pedindo a sua liberdade em troca de um pecúlio – formado por 220 mil réis mais “20 reses de criar” (APERS, LNRD, FA, Carta de Alforria, 1º Tabelionato, livro 8, p. 1v). Ao todo, até onde pudemos apurar, 13 cativos pagaram com animais próprios pela liberdade em Alegrete – e todos eles o fizeram após 1871.

A relação entre pecuária e liberdade também envolveu outros arranjos, por vezes bastante complexos. Em 29 de outubro de 1872, Severino Antônio da Cunha Pacheco passou carta de alforria ao preto crioulo Julião, de 39 anos. Julião foi um daqueles escravos que, depois de livre, manteve o sobrenome da casa senhorial – no registro de casamento seu nome está grafado como “Julião Marcolino da Cunha” (Reis, 2008, p. 188).

⁸ Os 14 escravos campeiros a mais (696 em relação aos 682 anteriores), ou 2% de repetidos, deve-se ao fato de, na Tabela 2, estarmos trabalhando novamente com o número de 2.712 escravos, ou melhor, com todos os campeiros inseridos neste último número.

A forma com que ele pagou pela alforria envolveu diferentes tipos de recursos, além de um terceiro indivíduo envolvido na negociação. Julião passou ao seu ex-senhor, ao todo, 1 conto e 128 mil réis. Destes, o agora forro contribuiu com 100 mil réis, entregando mais “16 reses de criar [...] no valor de 8\$” cada rês. Don Manoel Baltar completou o pagamento com mais 900 mil réis (APERS, LNRD, FA, Carta de Alforria, 1º Tabelionato, livro 6, p. 16v, grifos nossos). Infelizmente, o documento não nos informa que tipo de relação Julião tinha com Manoel Baltar, nem a ocupação do primeiro; entretanto, é possível imaginar que entre ambos tenha sido feito um acordo em que o ex-escravo se dispusesse a prestar serviços a Manoel por um determinado período de tempo. Da mesma forma, é crível pensarmos que estes serviços estivessem ligados à pecuária, já que, ainda quando escravo, Julião criava seus próprios animais. No *Livro de classificação*, Manoel Baltar listou apenas 2 escravos, ambos campeiros (LC, CEPAL, p. 38, 57).

Em 28 de abril do ano seguinte, duas diferentes senhoras, Maria Gomes da Rosa Lemes e Brísida Maria de Faria, registraram as alforrias de seus 2 escravos, João Luiz e Isídio, respectivamente (APERS, LNRD, FA, Carta de Alforria, 1º Tabelionato, livro 6, p. 23r e 23v). Além da data, estas manumissões guardam outra semelhança: João Luiz pagou pela liberdade “60 reses de criar”; já Isídio pagou “30 reses de criar” à sua ex-senhora. Em dezembro de 1873, Manoel Francisco de Azambuja Rangel passou carta de liberdade ao seu cativo Braz. Este último pagou 600\$ mil réis. Destes, como especificou Manoel Francisco, quase 500\$ mil réis eram formados por “animais, gado e dinheiro [...] como consta de meu livro de assentos, restando-me por saldo 105\$300 que me pagará logo que possa” (APERS, LNRD, FA, 2º Tabelionato, livro 1, p. 76r). Braz conquistou a liberdade antes que seu senhor classificasse seus cativos na lista, assim, não conhecemos sua ocupação. Contudo, dos 8 classificados de Manoel Francisco, 4 eram campeiros, ou melhor, todos os homens adultos o eram, sendo possível que Braz também o fosse (LC, CEPAL, p. 23, 49, 55 e 73).

Estes casos ajudam a ilustrar a relação entre o trabalho cativo na pecuária e a produção da liberdade, pois, caso fossemos nos ater exclusivamente ao que o texto das alforrias nos revela, o resultado seria desanimador. Para a localidade por nós estudada, apenas em seis manumissões o liberto aparece designado como campeiro ou peão⁹.

Por fim, um último exemplo, por demais interessante, acerca desta relação entre pecuária, escravidão e liberdade. Em 27 de maio de 1877 foi registrada a alforria

do preto Antônio. Ele pagou ao seu ex-senhor, Jordão de Freitas Leão, 672 mil réis. Entretanto, este valor foi parcelado, com Antônio ficando obrigado a pagar

24\$ mensais durante os meses de junho a ultimo de novembro do corrente ano, a mesma quantia mensalmente durante os mesmos meses do ano vindouro de 1878, 32\$ mensais durante o mês de dezembro do corrente ano, e os de janeiro a maio e dezembro de 1878 e de janeiro a maio de 1879 perfazendo todo o total de 672 (APERS, LNRD, FA, 1º Tabelionato, livro, p. 18v).

Segundo Farinatti, havia dois momentos em que era maior a necessidade de mão de obra na pecuária (Farinatti, 2007, p. 291-292). No primeiro, que transcorria entre o final do outono, o inverno e o início da primavera, eram realizadas a marcação e a castração dos animais, “o que dava tempo para as feridas geradas por essas atividades cicatrizarem”, evitando “que os insetos, comuns no verão, depositassem ali suas larvas gerando bicheiras” (Farinatti, 2007). Geralmente, esta atividade era chamada de rodeio. O segundo dava-se quando da partida das tropas de gado para as charqueadas, que aconteciam de novembro a maio do ano seguinte. Portanto, é possível especular que, na negociação entre Antônio e Jordão de Freitas, ficou estabelecido que o cativo devesse fazer os pagamentos naqueles meses em que havia maior demanda de mão de obra por parte dos pecuaristas, ou seja, é plausível imaginar que seria mais fácil a Antônio conseguir os valores para sua liberdade empregando-se com algum criador de gado (Farinatti, 2007, p. 292).

Como ressaltou Stuart Schwartz, “o fenômeno da manumissão, como qualquer outro aspecto do regime escravocrata deve ser examinado com relação à situação sociopolítica e econômica predominante” (Schwartz, 2001, p. 105). Logo, não é estranho o surgimento de manumissões que tinham relação com a produção de animais em um contexto em que a mão-de-obra escrava ainda era largamente empregada na pecuária e, ao mesmo tempo, o sistema escravista se desestruturava, com os cativos tendo o direito, agora em lei, de buscar a liberdade.

Considerações finais

As ideias deste texto foram apresentadas, primeiro, no encontro “Escravidão e Liberdade no Brasil Meridional”, realizado em Porto Alegre no ano de 2011. Neste mesmo congresso, outros estudos que relativizam

⁹ Cinco delas são posteriores a 1871 (APERS, LNRD, FA, 1º Tabelionato, livro 2, p. 89r; APERS, LNRD, FA, 1º Tabelionato, livro 9, p. 9r; APERS, LNTN, FA, 2º Tabelionato, livro 10, p. 176v; APERS, LNTN, FA, 2º Tabelionato, livro 14, p. 40v e 84v).

a suposta perda de cativos da província do Rio Grande, depois de 1850, também foram apresentados (Araújo, 2011; Vargas, 2011). Assim, não é mais preciso continuar a gastar tinta tentando entender este processo que, de resto, não ocorreu com a intensidade antes relatada. Entretanto, as últimas décadas de vigência do sistema escravista no Brasil podem ser mais bem entendidas a partir da análise da fonte aqui abordada.

Neste sentido, como indicamos ao longo do artigo, o *Livro de classificação* é uma fonte riquíssima, que pode servir a vários propósitos de pesquisa. Aqui, destacamos dois elementos possíveis de serem explorados a partir dela: a estrutura de posse e a representatividade do número de escravos classificados como campeiros. Como vimos, a posse cativa ainda estava bastante disseminada na década de 1870, período em que boa parte da historiografia destaca que a mão de obra escrava, na província do Rio Grande, estava em franca decadência. Como foi possível perceber, comparando com o censo de 1872, o número de cativos, em Alegrete, ainda era bastante expressivo. Da mesma forma, o número de senhores era extremamente alto, mesmo comparando com *Livros de classificações* para outras localidades do Brasil.

Por outro lado, foi possível notar que, mesmo em um momento em que a instituição da escravidão perdia, a passos largos, sua legitimidade, o número de cativos empregados na lida com o gado era bastante significativo – o que pode ser estendido para produtores de diferente envergadura, já que o percentual de cativos campeiros entre os pequenos escravistas era bastante representativo. Isto se torna ainda mais interessante se levarmos em conta que Alegrete se localizava em uma região de fronteira com outros Estados nacionais, os quais já haviam abolido a escravidão. Estes dois aspectos, interligados, nos levam a considerar que outros elementos, que não apenas a coerção, é que alicerçavam as relações escravistas naquela região.

E aqui chegamos ao ponto final de nosso texto. Contudo, iremos destacar uma última questão possível de se estudar a partir dessa fonte. O *Livro de classificação* apresenta duas características que, ao pesquisador, revelam-se campos riquíssimos para análise. Primeiro, como exigia a lei, eram classificados aqueles escravos que pertenciam a uma família. Assim, muitas mães aparecem classificadas com seus filhos (apesar de, no Livro de Alegrete, a qualidade do parentesco não ter sido explicitada, ela é de fácil percepção através da idade dos parentes ou de seu cruzamento com outras fontes).

Por sua vez, como foi possível notar durante a análise da estrutura de posse, o Livro contém o nome do senhor dos escravos. Filtrando apenas os cativos de um mesmo proprietário, é possível perceber que, prova-

velmente, o pai de algumas crianças, ou amásio da mãe delas, também pertencia ao mesmo plantel. Certamente, neste momento, abrir-se-ia um profícuo debate sobre o conceito de família e, mais especificamente, de família escrava; entretanto, não é nossa intenção, nem o objetivo deste texto, abordar isto de forma mais detalhada.

Em outro trabalho, por exemplo, foi possível observar, cruzando os dados do Livro com alforrias e testamentos, que muitas famílias tiveram um de seus membros manumitidos na década de 1870, com o resto dos parentes permanecendo cativos até o fim da escravidão. Dentre outros aspectos, isto poderia representar uma estratégia senhorial para manter a fidelidade de alguns trabalhadores, através da libertação de um integrante da família, em um contexto em que a instituição escravista era combatida por diferentes setores da sociedade (Matheus, 2012).

Portanto, apesar de se prestar a quantificações, acreditamos que o maior potencial dos Livros de classificação seja sua característica de revelar o *nome* dos escravos, permitindo, através do cotejo com outras fontes, um trabalho de microanálise (Ginzburg e Poni, 1991). A sua relação com os registros de batismo, por exemplo, pode revelar novas estruturas de parentesco até então desconhecidas ao historiador, iluminando uma realidade diferente (é possível reconstruir ou refinar trajetórias de alguns escravos e/ou famílias escravas), e, até certo ponto, imperceptível a análises que não trabalhem com a variação da escala de observação, isto é, que não se aproximem o máximo possível do objeto de estudo.

Referências

- ARAÚJO, T.L. de. 2008. *Escravidão, fronteira e liberdade: políticas de domínio, trabalho e luta em um contexto produtivo agropecuário (vila de Cruz Alta, província do Rio Grande do Sul, 1834-1884)*. Porto Alegre, RS. Dissertação de Mestrado. Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 333 p.
- ARAÚJO, T.L. de. 2009. Economia, população e escravidão: tráfico interprovincial no contexto de uma vila rio-grandense na segunda metade do século XIX. In: ENCONTRO ESCRAVIDÃO E LIBERDADE NO BRASIL MERIDIONAL, IV, Curitiba, 2009. *Anais eletrônicos*, p. 1-15. Disponível em: <http://labhstc.ufsc.br/ivencontro/completos.html>. Acessado em: 12/01/2012.
- ARAÚJO, T.L. de. 2011. Novos dados sobre a escravidão na província de São Pedro. In: ENCONTRO ESCRAVIDÃO E LIBERDADE NO BRASIL MERIDIONAL, V, Porto Alegre, 2011. *Anais...* Porto Alegre, p. 1-20. Disponível em: <http://labhstc.ufsc.br/vencontro/programa.html>. Acessado em: 14/02/2012.
- CARDOSO, F.H. 2003. *Capitalismo e escravidão no Brasil Meridional*. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 375 p.
- CONRAD, R. 1978. *Os últimos anos da escravidão no Brasil, 1850-1888*. Rio de Janeiro/Brasília, Civilização Brasileira/Instituto Nacional do Livro, 394 p.

- CORSETTI, B. 1983. *Estudo da charqueada escravista gaúcha no século XIX*. Niterói, RJ. Dissertação de Mestrado. Universidade Federal Fluminense, 343 p.
- DIRETORIA GERAL DE ESTATÍSTICA. 1874. Relatório e Trabalhos Estatísticos. Rio de Janeiro, Typographia Franco-Americana. Disponível em: www.memoria.nemesis.org.br. Acesso em: 08/06/2011.
- FARINATTI, L.A.E. 2007. *Confins Meridionais: famílias de elite e sociedade agrária na Fronteira Sul do Brasil (1825-1865)*. Rio de Janeiro, RJ. Tese de Doutorado, Universidade Federal do Rio de Janeiro, 421 p.
- FREITAS, D. 1980. *O capitalismo pastoril*. Porto Alegre, Escola Superior de Teologia São Lourenço de Brindes, 208 p.
- GARCIA, G.B. 2005. *O domínio da terra: conflitos e estrutura agrária na campanha rio-grandense oitocentista*. Porto Alegre, RS. Dissertação de Mestrado. Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 191 p.
- GARCIA, G.B. 2010. *Terra, trabalho e propriedade: a estrutura agrária da campanha rio-grandense nas décadas finais do período imperial (1870-1890)*. Rio de Janeiro, RJ. Tese de Doutorado, Universidade Federal Fluminense, 208 p.
- GINZBURG, C.; PONI, C. 1991. O nome e o como: troca desigual e mercado historiográfico. In: C. GINZBURG (org.), *A micro-história e outros ensaios*. Rio de Janeiro, Bertrand Brasil, p. 169-178.
- GRAHAM, R. 2002. Nos tumbeiros mais uma vez? O comércio inter-provincial de escravos no Brasil. *Afro-Ásia*, 27:121-160.
- INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE) [s.d.]. Disponível em: www.ibge.gov.br. Acesso em: 01/06/2012.
- MAESTRI FILHO, M.J. 1984. *O escravo no Rio Grande do Sul: a charqueada e a gênese do escravo gaúcho*. Porto Alegre, EDUCS, 203 p.
- MAESTRI FILHO, M.J. 2002. *Deus é grande, o mato é maior! História, trabalho e resistência dos trabalhadores escravizados no Rio Grande do Sul*. Passo Fundo, Editora da UPF, 232 p.
- MARCONDES, R.L. 2009. *Diverso e desigual: o Brasil escravista na década de 1870*. Ribeirão Preto, Funpec, 232 p.
- MARCONDES, R.L. 2001. A propriedade escrava no Vale do Paraíba paulista durante a década de 1870. In: ENCONTRO NACIONAL DE ECONOMIA, XXIX, Salvador, 2001. *Anais...* Salvador, p. 1-20. Disponível em: http://www.anpec.org.br/encontro_2001.htm. Acesso em: 12/01/2012.
- MARCONDES, R.L.; FALCI, M.B.K. 2001. *Escravidão e reprodução no Piauí: Oeiras e Teresina (1875)*. São Paulo, FEA/USP-Ribeirão Preto, p. 1-16. Texto para Discussão, Série Economia [TD-E/26]. Disponível em: http://www.cpq.fearp.usp.br/anonftp/textos_discussao/eco/wpe26.pdf. Acesso em: 05/03/2012.
- MATHEUS, M.S. 2012. *Fronteiras da liberdade: escravidão, hierarquia social e alforria no extremo sul do Império do Brasil*. São Leopoldo, Oikos/Editora Unisinos, 346 p.
- MATTOS, H.M. 1998. *Das cores do silêncio: os significados da liberdade no Sudeste escravista, Brasil Século XIX*. Rio de Janeiro, Nova Fronteira, 379 p.
- OSÓRIO, H. 2008. *O império português no sul da América: estancieiros, lavradores e comerciantes*. Porto Alegre, Editora da UFRGS, 356 p.
- PERUSSATTO, M.K. 2010. *Como se de ventre livre nascesse: experiências de cativo, parentesco, emancipação e liberdade nos derradeiros anos da escravidão – Rio Pardo/RS, c.1860 – c.1888*. São Leopoldo, RS. Dissertação de Mestrado. Universidade do Vale do Rio dos Sinos, 303 p.
- REIS, J.J. 2008. *Domingos Sodré, um sacerdote africano: escravidão, liberdade e candomblé na Bahia do século XIX*. São Paulo, Companhia das Letras, 463 p.
- SANTOS, M.R. 2009. Entre a escravidão e a liberdade: famílias mistas no Paraná na segunda metade do século XIX. In: ENCONTRO ESCRAVIDÃO E LIBERDADE NO BRASIL MERIDIONAL, IV, Curitiba, 2009. *Anais...* Curitiba, p. 1-15. Disponível em: <http://labhstc.ufsc.br/ivencntro/completos.html>. Acesso em: 14/02/2012.
- SCHERER, J. de S. 2008. *Experiências de busca da liberdade: alforria e comunidade africana em Rio Grande, século XIX*. São Leopoldo, RS. Dissertação de Mestrado. Universidade do Vale do Rio dos Sinos, 193 p.
- SCHEFFER, R. da C. 2009. Escravos do Sul vendidos em Campinas: cativos, negociantes e o comércio interno de escravos entre as províncias do Sul do Brasil e um município paulista (década de 1870). In: ENCONTRO ESCRAVIDÃO E LIBERDADE NO BRASIL MERIDIONAL, IV, Curitiba, 2009. *Anais...* Curitiba, p. 1-15. Disponível em: <http://labhstc.ufsc.br/ivencntro/completos.html>. Acesso em: 12/01/2012.
- SCHWARTZ, S. 2001. *Escravos, roceiros e rebeldes*. Bauru, EDUSC, 305 p.
- SLENES, R.W. 1983. O que Rui Barbosa não queimou: novas fontes para o Estudo da Escravidão no Século XIX. *Estudos Econômicos*, 13(1):117-149.
- SLENES, R.W. 1999. *Na senzala uma flor: esperanças e recordações na formação da família escrava, Brasil Sudeste, século XIX*. Rio de Janeiro, Nova Fronteira, 288 p.
- TEIXEIRA, L. 2008. *Muito mais que senhores e escravos: relações de trabalho, conflitos e mobilidade social em um distrito agropecuário do sul do Império do Brasil (São Francisco de Paula de Cima da Serra, RS, 1850-1871)*. Florianópolis, SC. Dissertação de Mestrado. Universidade Federal de Santa Catarina, 204 p.
- VARGAS, J.M. 2011. “Das charqueadas aos cafezais”: o comércio de escravos envolvendo as charqueadas de Pelotas (RS) – 1850-1885. In: ENCONTRO ESCRAVIDÃO E LIBERDADE NO BRASIL MERIDIONAL, V, Porto Alegre, 2011. *Anais...* Porto Alegre, p. 1-20. Disponível em: <http://labhstc.ufsc.br/ivencntro/programa.html>. Acesso em: 14/02/2012.
- ZARTH, P.A. 2002. *Do arcaico ao moderno: o Rio Grande do Sul agrário do século XIX*. Ijuí, Editora Unijuí, 320 p.

Fontes primárias

- ARQUIVO PÚBLICO DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL (APERS). 1852. Inventários *post mortem*. Alegrete. Cartório de Órfãos e Ausentes, maço 11, nº 152.
- ARQUIVO PÚBLICO DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL (APERS). Livros Notariais de Registro Diversos (LNRD), Fundo Alegrete (FA), 1º Tabelionato, livros 2,6, 8, 9.
- ARQUIVO PÚBLICO DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL (APERS). Livros Notariais de Transmissões e Notas (LNTN), FA, 2º Tabelionato, livros 10, 14.
- ARQUIVO HISTÓRICO DO RIO GRANDE DO SUL (AHRs). 1858. Mapa numérico das estâncias existentes nos diferentes municípios da província, de que até agora se tem conhecimento oficial, com declaração dos animais que possuem, e criam por ano, e do número de pessoas empregadas em seu custeio. Estatísticas, maço 2.
- Livro de classificação dos escravos para serem libertados pelo Fundo de Emancipação (LC). Alegrete, Centro de Pesquisas e Documentação de Alegrete (CEPAL).

Mappa Estatístico da População da Província classificada por idades, sexos, estados e condições com o resumo total de livres libertos e escravos. *In*: Federação de Economia e Estatística, De Província de São Pedro a Estado do RS, 1981.

RIO GRANDE DO SUL. 2010. Secretaria da Administração e dos Recursos Humanos. Departamento de Arquivo Público. *Documentos da escravidão: inventários – o escravo deixado como herança*. Porto Alegre, CORAG.

RIO GRANDE DO SUL. 2006. Secretaria da Administração e dos Recursos Humanos. Departamento de Arquivo Público.

Documentos da escravidão: catálogo seletivo de cartas de liberdade. Acervo dos tabelionatos do interior do Rio Grande do Sul. Vol. 1. Porto Alegre, CORAG, 2006.

SAINT-HILAIRE, A. de. 1987. *Viagem ao Rio Grande do Sul*. Porto Alegre, Martins Livreiro, 496 p.

Submetido: 15/06/2012

Aceito: 13/11/2012